



Löic Wacquant e o Pensamento Crítico sobre as Desigualdades Sociais

Márcia Nogueira da Silva¹

Quais os limites e possibilidades do pensamento crítico na contemporaneidade? Que estratégias podem ser ensejadas para se construir uma contra-hegemonia que elida os fundamentos da “doxa”²? Como o pensamento crítico pode contribuir para o questionamento da guerra contra os pobres, imposta pela programática neoliberal? De que forma a apropriação das particularidades nacionais pode cotizar-se à construção do conhecimento crítico e comprometido com a transformação da realidade social?

Essas são algumas das muitas questões enfrentadas com ousadia por Löic Wacquant, no livro *“As duas faces do gueto”*, publicado no Brasil, pela editora Boitempo, no ano de 2008. O livro é uma coletânea de artigos produzidos pelo autor, entre os anos de 1992 e 2004, e está dividido em nove capítulos. No que se refere ao seu teor, apresenta um claro esforço, no sentido de se deslindar o ‘mito das “cités-guetos” francesas’. Nesse ensejo, o autor adverte que uma

sub-reptícia introdução e a difusão descontrolada do imaginário e de terminologias norte-americanas de segregação racial impediram um diagnóstico preciso das relações em rápida evolução entre classe, lugar e pobreza, nas cidades francesas (WACQUANT, 2008: 9-10).

A partir da tentativa de arrostar o mito supramencionado, Wacquant penetra no debate teórico com argumentos que, seguramente, colaboram para indicar a existência de um simulacro que prevê, dentre outros elementos, uma falsa identidade entre a realidade dos guetos norte-americanos e a das cidades francesas, o que encoberta a “realidade da destruição politicamente patrocinada da classe trabalhadora tradicional e de seus territórios estabelecidos” (ibidem: 10).

¹ Assistente social do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

² *Doxa*, palavra derivada do termo grego *doxe*, significa opinião, e se refere ao conjunto de certos aspectos e valores que são aceitos como naturais em dada sociedade, ao senso comum. (Wacquant, 2008:133).

É a partir desse ponto que o sociólogo francês Löic Wacquant - professor da Universidade da Califórnia (Berkeley) e reconhecido na comunidade acadêmica como discípulo de Pierre Bordieu - avança no sentido da construção de uma reflexão densa, que traz importantes subsídios para o pensamento crítico. A primeira grande contribuição, que se dá entre o primeiro e o quinto capítulos, é o tentame de superar o uso meramente descritivo do termo “gueto”. Para tal, o autor realiza um resgate histórico daquele, indicando as relações que ensejam sua existência enquanto fenômeno multiplamente determinado, e advertindo como a experiência norte-americana, ao contrário da francesa, demonstra a presença duradoura dos guetos, presença esta que dá forma definitiva ao processo de desenvolvimento das metrópoles, das políticas e, até mesmo, da cultura dos Estados Unidos (idem).

É importante sublinhar, também, que, para Wacquant, é impossível elidir a dimensão etnorracial que compõe a estrutura do gueto norte-americano, o que, via de regra, pode impedir a aleivosa identificação entre gueto e pobreza, bem como a confusão entre encapsulação etnorracial e desemprego agudo e seus doridos efeitos colaterais (ibidem: 11). Assim, para o autor, o gueto negro norte-americano é uma forma institucional, por meio da qual os brancos dominantes mantiveram a população negra isolada e subjugada, forçando-a a residir em um perímetro restrito, no qual se desenvolveram um microcosmo paralelo e uma cultura unificada (ibidem: 12).

O gueto comporta, desse modo, uma aliança entre estigma, coerção, confinamento espacial e encapsulamento institucional, e funciona, para o autor, como dispositivo sócio-organizacional, que usa o espaço para conciliar dois objetivos antagônicos: maximizar os lucros materiais extraídos de um grupo visto como pervertido e perversor e minimizar qualquer contato íntimo com seus membros, a fim de evitar as ameaças de corrosão e contágio simbólicos, dos quais são supostos portadores (ibidem: 79). O autor reserva, também, espaço para impugnar criticamente a noção de “*underclass*”³, recorrendo a Pierre Bordieu para defini-la como um “mito erudito”, ou seja, como uma formação discursiva que, por meio de uma apresentação científica, reformula, de modo aparentemente neutro e baseado na razão, fantasias e prenoções comuns, relacionadas às supostas diferenças entre as chamadas raças (ibidem: 49).

De posse dessas concepções, Wacquant oferece um conceito analítico e relacional de “gueto”⁴. Este conceito, na perspectiva do autor, visa mostrar que aquele congrega as duas faces de Janus⁵, à medida que, para a categoria dominante, tem como razão de ser o controle e o confinamento e, para a dominada, se revela como instrumento de integração e proteção, livrando os seus membros do contato com os dominadores e estimulando a colaboração e a construção comunitária nos limites da esfera limitada de relações por ele criada (ibidem: 82). Nesse mote, o autor lança mão das contribuições de Norbert Elias – mais explícitas no capítulo três – e propõe a análise do gueto como

³ Sobre o termo, o autor sublinha: “Em termos restritos, o nome surgiu naquela zona sombria, situada na interseção do campo político com o campo das ciências sociais, de onde se propagou inicialmente pela mídia, antes de retornar, de forma triunfante, à sociologia. Tomado pelos jornalistas do economista sueco Gunnar Myrdal, que o empregava para designar algo completamente diferente (...), o termo se tornou virtualmente sinônimo não só de “pobre desmerecedor”, mas, também, de “negro pobre desmerecedor”. (Wacquant, 2008: 45).

⁴ A construção do conceito sociológico de gueto é apresentada pelo autor, no capítulo cinco, intitulado “As duas faces do gueto: construindo um conceito sociológico”.

⁵ Janus é um deus da mitologia romana, representado por uma figura com duas faces opostas.

sistema de forças dinâmicas. Essa análise, para Wacquant, pode contribuir para o descarte da fragmentação analítica, para a incorporação de um modelo de transformação social que abarque elementos macroestruturais e microestruturais e para o reconhecimento do “nó górdio” da experiência da modernidade –, formado pelo binômio violência e medo – que amarra as atividades mais externas do Estado, a mais íntima caracterização do indivíduo (ibidem: 53-54).

A segunda grande contribuição, presente entre os capítulos seis e oito, se dá no sentido de pensar os elos existentes entre o fortalecimento da programática neoliberal e as políticas de penalização dos pobres, o que denota, claramente, a interlocução do autor com o pensamento crítico. Segundo o Wacquant,

“... em todos os países onde a ideologia neoliberal de submissão ao ‘livre mercado’ se implantou, observamos um espetacular crescimento do número de pessoas colocadas atrás das grades, o que, em sua ótica, mantém profunda relação com o desemprego em massa, a precarização do trabalho e o refluxo da proteção social” (ibidem: 96).

Wacquant avança, desta feita, na delimitação das particularidades encontradas na Europa e nos Estados Unidos, mostrando como a primeira não vem duplicando completamente o modelo de “lei e ordem” vigente na sociedade norte-americana. No caso francês, por exemplo, o autor identifica que houve, nos últimos anos, um aumento da intervenção social e penal, que ainda prescinde do aprisionamento, mas, não, da “estreita vigilância das populações problemáticas”, configurando o que ele chama de “pan-optismo social” (ibidem: 100). Isso não cancela a ocorrência, ainda no caso francês, de um notório alinhamento entre os governos de esquerda franceses e as proposições do Consenso de Washington (ibidem: 102).

Vale demarcar, ainda, que o autor considera que a experiência latino-americana vem demonstrando a ocorrência da “importação no atacado” do estilo policial e penal norte-americano, o que pode ser confirmado, inclusive, no que se refere à incorporação dos programas assistenciais de controle, já discutidos, em maior profundidade, pelo autor, no livro *Punir os pobres*, publicado no Brasil, no ano de 2001⁶. Para Wacquant, a prática de penalização dos pobres em curso nos Estados Unidos, marcada pelo superencarceramento do “populacho que incomoda” (ibidem: 107), vem acompanhada de uma ruidosa estratégia de diminuição de gastos no sistema penitenciário, que, ao englobar, dentre outros, o repasse de custos de encarceramento para os presos e famílias e reintroduzir o trabalho não-qualificado em massa nos presídios, contribui para o inquestionável recrudescimento da mão punitiva do Estado (ibidem: 126-132).

Nesse contexto adverso, Wacquant entende que o pensamento crítico é fundamental para dissolver a “doxa” erigida na contemporaneidade. No capítulo nove, o autor alude que uma aliança entre a crítica epistemológica, presente na tradição kantiana, e a crítica marxiana permitiria a criação de “... meios de pensar sobre o mundo

⁶ Atualmente, o livro está em sua 3ª edição, revista e ampliada.

tal como ele é e tal como ele poderia ser” (ibidem: 134), o que certamente res-salta o compromisso do autor com a construção de alternativas ao projeto societário vigente.

Contudo, para além de indicar a possibilidade de aliança entre as duas tradições, o autor identifica o ponto forte e o ponto fraco do pensamento crítico, chamando a atenção, respectivamente, para a ampliação das capacidades teóricas e empíricas de entendimento do mundo social e para o traço hermético do microcosmo acadêmico, que tende a encontrar-se, no contexto coevo, “ao pé de uma verdadeira muralha simbólica, formada pelo discurso neoliberal e seus muitos subprodutos” (ibidem: 135).

Wacquant adverte, ainda, que o principal compromisso do pensamento crítico é “dissecar os lugares comuns falsos, revelar os subterfúgios, desmascarar as mentiras e mostrar as contradições lógicas e práticas do discurso do Rei mercado e do capitalismo triunfante” (ibidem: 138) e convida, ao final da obra, a se fazer, como proferiu Marx⁷, uma “crítica impiedosa de tudo o que existe” (idem). Nesse sentido, o livro em tela oferece uma contribuição admirável no âmbito da investigação sobre as desigualdades sociais na sociedade do capital, fomentando a iminente retomada do pensamento crítico, no contexto das ciências sociais. Apresenta, também, uma abordagem audaz de questões imprescindíveis, no que se refere aos referenciais teórico-metodológicos e sua relação com as ideologias e visões de mundo, desafiando a perspectiva de neutralidade que advoga em favor da existência de uma sociedade sem desigualdades de classe, etnorraciais, etc.

Muito embora Wacquant não aprofunde neste texto, sob o olhar marxiano, a discussão sobre a luta de classes na sociedade do capital ou aborde os limites do Estado de Bem-Estar Social, no contexto da superação das desigualdades que fundam a sociedade capitalista, é possível encontrar, em toda a obra, o sério compromisso de, nas palavras do próprio autor, “... nos darmos a chance de pensar sobre o mundo, em vez de sermos pensados por ele, dissecar e compreender seus mecanismos e assim reapropriá-lo intelectual e materialmente.” (idem). Não obstante, a leitura do livro *As duas faces do gueto* se torna uma indicação necessária e uma atividade indispensável para pesquisadores e profissionais aliados com o pensamento crítico, e com a construção cogente de alternativas que confrontem “... o imperativo do lucro e à busca irrefreável do sucesso no mercado”. (ibidem: 137).

Recebido em 30 de outubro de 2008.

Aceito para publicação, em 2 de dezembro de 2008.

⁷ O autor se refere à “Carta a Arnold Ruge”, publicada no Rheinische Zeitung, em 1844 (Wacquant, 2008: 138).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

WACQUANT, Löic. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.
_____. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]*. 3ª edição (revista e ampliada). Rio de Janeiro: Revan, 2007.